

ANDRÉA CRISTINA FAGUNDES MOREIRA DORIGUETTO
REGINA CÉLIA PAIVA DE SOUZA
MARLENE RIBEIRO MONTANHA
ROSELI DE CASTRO MARTINS

INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA AS ESCOLAS

Ubá
UNIPAC
2005

ANDRÉA CRISTINA FAGUNDES MOREIRA DORIGUETTO
REGINA CÉLIA PAIVA DE SOUZA
MARLENE RIBEIRO MONTANHA
ROSELI DE CASTRO MARTINS

INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA AS ESCOLAS

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da UNIPAC, como requisito
parcial para a conclusão do curso.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia de
Azevedo Lourenço

Ubá
UNIPAC
2005

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Justificativa	5
1.2 Objetivos	5
2 REFERENCIAL	7
3 METODOLOGIA	10
4 ENTREVISTA	11
5 CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Durante todo o processo de formação pedagógica, nunca se tem dúvida quanto ao fato de que educar é colaborar para que os professores e alunos, no caso destes, também aqueles que os cercam – transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção de sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional – do seu projeto de vida. Nesse sentido a educação tem o papel importante de compreensão, emoção e comunicação que permitem aos alunos encontrar seus espaços pessoais e tornando-se cidadãos realizados e produtivos.

No entanto, na moderna sociedade da informação todos estão reaprendendo a conhecer, a se comunicar, a ensinar e a aprender; a integrar o humano como tecnológico, a viver o individual, o grupal e o social.

Mas a mesma sociedade (da informação e do conhecimento) ainda patina quando se trata de abrir caminhos na aprendizagem, no crescimento e na integração para os que foram trazidos à luz em padrões ditos “diferentes” dos normais: as diversas manifestações psicofísico-patológicas que exigem necessidades especiais de acompanhamento para a construção da identidade, para a entrada no mundo da informação e do conhecimento.

Uma mudança qualitativa no processo de ensino/aprendizagem acontece quando se consegue integrar dentro de uma visão inovadora todas as novas tecnologias telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas, porém, não mais em ambientes “segregados”, de “escolas especiais”.

Nesse contexto surge o interesse em pesquisar mais aprofundadamente o tema de inclusão destas pessoas especiais.

1.1 Justificativa

A necessidade de se realizar este trabalho, se justifica pelo interesse de ajudar os alunos com necessidades especiais, na construção do seu caminho, da sua identidade, do seu projeto de vida e buscar caminhos para que encontrem seus espaços pessoais, sociais e profissionais, tornando-se cidadãos realizados, produtivos e ativos na sociedade, as escolas regulares estão recebendo esses, mas não dispõe de profissionais especializados e qualificados para darem a eles atendimento necessário.

1.2 Objetivos

1.2.1 *Objetivo Geral*

- Analisar o ambiente e as perspectivas futuras para a inclusão do portador de necessidades especiais na escola regular.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

- Identificar as causas e conseqüências da exclusão dos portadores de necessidades especiais das redes regulares de ensino.
- Analisar o nível de formação de educadores para o tratamento da nova realidade.
- Discutir o uso de novas ferramentas didático-pedagógico no processo ensino-aprendizagem

deste “especiais.”

- Buscar formação adequada para lidar com as deficiências de cada educando em relação aos educadores.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A história da educação revela que, até o século XVII, as noções a respeito de pessoas portadoras de deficiências eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções e ações realistas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido e avaliado. As noções de igualdade e mesmas oportunidades para todos eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criadores (MAZZOTTA, 1996).

Sob o título de educação de deficientes são encontrados da época registro de atendimento ou atenção com vários sentidos: abrigo, assistência, terapia etc. no caso dos cegos, por exemplo, o surgimento da primeira instituição especializada data de 1844 com o passar do tempo, a experiência mostrou que separar os deficientes via classe ou escola especial contribuiu muito pouco para o crescimento pessoal e cognitivo do deficiente.

Tão pouco contribuiu para um processo de mudança de atitude e postura por ser parte da sociedade como um todo, no que diz respeito à consideração desses indivíduos nos exercícios de seus direitos e deveres como seres humanos e cidadãos (SANTOS, 1992).

A transformação do paradigma na educação dos deficientes, do princípio da exclusão ao princípio da integração, veio apenas como uma progressão na história das sociedades, caracteriza pela busca cada vez maior da democratização, da garantia dos direitos humanos e de oportunidades justas às minorias com base em princípios igualitários. Educacionalmente, tal busca traduz-se no desenvolvimento dos princípios de “igualdade de oportunidades” e “educação para todos” (SANTOS, 1992).

Na sociedade atual, isso significa que o deficiente tem direito a uma educação que incorpore, entre outros, conhecimentos em ciência e tecnologia. Foram usados, para a fundamentação teórica desse trabalho, publicações cujo objetivo se assemelha ao nosso: a escola como espaço de inclusão de alunos com deficiência mental.

Seguindo outra linha de pensamento, citaremos a entrevista com o professor Boaventura de Souza Santos, os educadores Pierucci, Hall, Morin, Serres, além da Constituição brasileira, especificamente a LDB.

Pautadas para atender a um aluno idealizado e ensinado a partir de um projeto escolar elitista meritocrático e homogeneizado, as escolas produzem quadros de exclusão que tem injustamente prejudicado a trajetória educacional de muitos alunos.

Por meio de processos compensatórios e de normalização, as ecoas comuns e especializadas proclamam os seus poder e propõem sutilmente, com base em características devidamente selecionadas como positivas, a eleição arbitrária de uma identidade normal “, que regula as suas práticas educativas e a promoção de seus alunos.

Contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta por esses padrões conceituais e organizacionais é fazer a diferença, reconhecer-la e valoriza-la, Somos diferentes de fato e queremos se agora diferentes de direitos, na escola e fora dela. Baseamo-nos de ser, sendo diferentes (pierucci, 1999). Contudo, vale a ressalva de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza, e de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza (Souza Santos, 1995).

Conviver reconhecendo e valorizando as diferenças essencial a nossa existência, dede que definamos a natureza dessa relação. Distinguindo o estar como o outro do estar junto ao outro. Estar junto ao outro tem a ver como que o outro é- um ser que não é como eu sou, que não sou eu. Essa relação estabelece uma identidade imposta, forjada e rotulada pelo outro. Estar como outro tem a ver como quem é esse outro.

Esse desconhecido. Um engoma que tenho de decifrar e que vai sendo desvelado a medida que se constai entre nós um vinculo pelo qual nos confrontamos, nos identificamos e nos constituímos como seres singulares e mutantes(Silva, 2000).

Temos de estar sempre atentos porque, mesmo sob a garantia do direito de todos á educação, a diferença pode ser lançada na vala comum dos preconceitos, da discriminação e

da exclusão. Inúmeras propostas educacionais que defendem e recomendam a inclusão continuam a diferenciar alunos pela deficiência, o que está previsto como desconsideração aos preceitos da Convenção da Guatemala, assimilada pela Constituição Brasileira em 2001, a qual deixa claro *“a impossibilidade de diferenciação com base em deficiência (...) que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercesse por parte de pessoas com deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais”* (Art.1, n.2 a).

De acordo com o princípio da não discriminação, trazido por essa convenção, admitem-se as diferenciações com base na deficiência apenas com o propósito de permitir o acesso ao direito e não para se negar o exercício dele!

3 METODOLOGIA

A pesquisa, inicial, será montada a partir de pesquisas bibliográficas; composta de seleção, fichamento e análise de textos científicos sobre o tema a ser pesquisado; objetivando extrair as principais teorias sobre a temáticas.

A pesquisa documental (se necessária) será feita a partir de consultas de dados sobre alunos especiais já matriculados, progressos obtidos e dificuldades que surgem; abordando também, os que não foram matriculados devidos a esta “ exclusão”.Pesquisa de campo será feita posteriormente em locais onde ocorre a inclusão dos portadores de necessidades especiais.

A pesquisa de campo é realizada através de pesquisas, entrevistas, etc..em locais ocorre a inclusão dos portadores de necessidades especiais.

4 ENTREVISTA

Entrevistamos Presidentes e diretoras de APAES, diretora de ensino regular, professores, pais e alunos. Foi notória contradizias entre opiniões de alguns deles. A maioria dos diretores acha inadequada a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regulares, visto que a inclusão transformar-se-á em exclusão pois, o ensino individualizado e adaptado, ainda é o mais adequado para atender os portadores em suas necessidades escolares, dificuldade de aprendizagem e deficiência mental.

Ao invés de inclusão, teremos redutos de excluídos ainda ficam limitados as possibilidades do progresso no aprendizado escolares. Quanto aos pais eles consideram de suma importância a inclusão de seus filhos nas escolas regulares porque vai proporcionar maior socialização e ver nas suas diferenças, o diferente que é capaz de ser comparado ou considerado normal.

Os professores vêm a inclusão com receio do novo. Sentem insegurança e acreditam que não estão aptos para acolher esses alunos em relação ao preparo profissional. Pedem auxílio de recursos e investimentos financeiros para cursos de capacitação que serão capazes de auxiliá-los nessa nova e árdua missão: a inclusão.

Os alunos apostam na informática como meio eficaz para aprimoramento de aptidões e dons que os portadores de necessidades especiais possuem e por vezes ficam esquecidas no abandono e no preconceito. Incluir esses portadores nessa nova tecnologia é inserir-los no mundo informatizado. Crescente penetração da informática na escola e nos lares trazem luzes ao processo de inclusão.

O problema da inclusão dos portadores de necessidades especiais já é presente nas escolas e aparece como mais um entrave a educação quantitativa e qualitativa do ensino. E só ocorre devido ao aumento excessivo de números de alunos por sala de aula, o que já é evidente nas escolas regulares, nossas escolas não estão preparadas nos aspectos físicos,

sociais, psicológicos, médicos e sobre tudo num aspecto pedagógico.

Há um projeto de lei que dá aos portadores de necessidades especiais a oportunidade de terem acesso a uma educação de qualidade e inserção dessa educação na rede regular de ensino. Mas... que isso não fique só em resoluções, decretos e leis e sim que sejam tomadas medidas preventivas para receber esses alunos de forma a dar suporte a alta estima de cada um deles priorizando suas diferenças e dando subsídios necessários para que possam realmente acontecer essa alta afirmação.

Dentre os subsídios podemos citar: espaço físico adequado as suas necessidades, professores bem capacitados, controle e acompanhamento psicológico assíduo e constante, acompanhamento fisioterapêutico, fonoaudiólogo e de um médico neurologista, educação profissional que os capacite a independência total financeira.

Em suma a esperanças e preocupações no sentido da inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas ditas normais. Queremos que seja feito o necessário, depois o possível e de repente o impossível em prol dos alunos portadores de necessidades especiais, carentes de amor, de respeito, de carinho e principalmente dessa inclusão social.

5 CONCLUSÃO

A constituição de 1988 celebrou o direito de todos à educação e acrescentou às pessoas com deficiência o direito ao “atendimento educacional especializado”. Esse atendimento é complementar ao ensino escolar e assegura aos alunos com deficiência as condições que lhes são indispensáveis para que tenha acesso e freqüência a escolaridade em escolas comuns.

A diferenciação pela deficiência, nesse caso, não é discriminante porque o direito ao “atendimento educacional especializado” visa a remoção de obstáculos que impedem esses alunos de acompanhar as aulas nas turmas comuns.

O ensino da língua portuguesa como segunda língua para os surdos, as noções de mobilidade e de locomoção para os cegos e outros conhecimentos específicos são exemplos dessa diferenciação.

Contudo, o encaminhamento direto de alunos com deficiência de escolas comuns para escolas especiais, além de ser uma diferenciação pela deficiência, desrespeita o direito indisponível de todos à educação, dado que o ensino especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, das etapas do básico ao superior, mas não pode substituí-lo.

Grande parte dos professores das escolas comuns e especializadas e de profissionais da área clínica acreditam que ensino escolar individualizado e adaptado é o ideal e o mais adequado para atender em suas necessidades escolares aos que tem dificuldades de aprender e aos alunos com deficiência, sobre tudo quando se trata de educandos com deficiência mental.

Os grupos dos alunos mais fracos, que não conseguem acompanhar o restante da turma, e até mesmo os mais fortes e adiantados são redutores de excluídos e neles, via de regra, ficam limitadas as possibilidades de progresso no aprendizado escolar. Toda adaptação

escolar predefinida pelo professor ensina o aluno a ser dependente, limitado, reativo, negando-lhe a oportunidade de construir conhecimentos segundo as suas capacidades, como nos garante a constituição em seu art. 208.

É ainda uma maneira de manter a velha fórmula de decidir pelo outro, de impor a ele um padrão de normalidade, de superioridade ou de inferioridade estabelecido por relações de poder/saber hegemônicas, que controlam de fora o que o aluno pode ou não poder ser, aprender e conhecer. Adaptar o ensino para alguns alunos de uma turma não conduz a uma transformação pedagógica das escolas exigida pela inclusão.

Essa inovação implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares, planejamento, formação de turmas, currículos, avaliação, gestão do processo educativo.

Baseada nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem o que falta ao aluno de uma turma de escola comum, a adaptação funciona como um processo regulador externo da aprendizagem, em outras palavras, quando adaptamos currículos, selecionamos atividades e formulamos provas diferentes para alunos ao que supomos que eles sejam capazes de avançar, de se desenvolver, e assim perpetuamos o ensino segregado, a discriminação e a diferenciação pela deficiência.

Na versão inclusiva a adaptação é testemunho de emancipação intelectual e consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporação ao que já que conhece.

Entender esse sentido emancipado da adaptação intelectual é importante, pois muitos confundem adaptação com o que é exigido dos alunos na modalidade de inserção conhecida como integração escolar comum.

Surgem daí equívocos que justificam a adaptação curricular e outros aparatos pedagógicos limitantes que não caminham na direção de ensino verdadeiramente incluso, uma

vez que conservam o propósito anterior de prever o que falta ao aluno e de prejudicar suas possibilidades de aprendizado.

Nunca é demais lembrar que aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferentes idéias, opiniões, níveis de compreensão que nos enriquecem e que clareiam o nosso entendimento.

Essa diversidade deriva das formulas celulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente. Ensinar, por uma vez é um ato coletivo e homogêneo, que o professor realiza disponibilizando a todos um conhecimento.

Em vez de resistir a inclusão, declarando-se despreparada para atender a todos os alunos, amparados pseudonecessidade de adaptar e individualizar-diferenciar o ensino para alguns, a escola comum deveria estar recriando suas práticas, mudando suas concepções, revendo seu papel, reconhecendo e valorizando as diferenças.

Pelo direito de ser, sendo diferentes o aluno com e sem deficiências já deveria estar vivendo a liberdade de aprender, tendo o reconhecimento e a valorização de seus mestres pelo que conseguisse construir no domínio intelectual, segundo suas possibilidades. Assegurar o direito à diferença é ensinar a incluir e, se a escola tomar para si essa tarefa, a sociedade continuara perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens.

REFERÊNCIAS

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, M. P. dos. Educação especial, inclusão e globalização: alguma reflexão. **Espaço Informativo técnico e científico do INES**, v.4, n.7. p. 13-21.

HALL, S. A. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPIA 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

PIERUCCI, A. F. **As cidades da deferência**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SANTOS, B. de S. **Entrevista com prof. Boaventura de Souza Santos**. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/jurandir-boavenl.htm> Acesso em: 06 ago. 2005.

SERRES, M. **Filosofia mestiça: lê tiers-istruit**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1993.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.